

Brasília, 23 de julho de 2026

Exmo. Senhor
Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Assunto: Salvar os rios da Amazônia - ameaças do Arco Norte, soberania alimentar e o futuro do Brasil

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Vivemos um tempo decisivo para o futuro de todo o planeta, com ameaças de fome e seca que acompanham as mudanças climáticas e o El Niño em um sistema que segue atendendo aos interesses de grandes corporações e do sistema financeiro internacional. Como alguém que enfrentou a fome e conhece a dureza da seca e da escassez, escrevemos com esperança de que o senhor compreenda a urgência de nossos chamados e não permita que a Amazônia e o Cerrado se transformem em zona de sacrifício para benefício dos bilionários do agronegócio. Precisamos garantir a segurança alimentar do povo brasileiro e a melhor maneira de fazer isso é com planejamento de infraestruturas e políticas que valorizam nossa sociobiodiversidade.

Os corredores logísticos atualmente conhecidos como Arco Norte, planejados desde a ditadura militar, são uma ameaça real ao futuro de todas e todos nós. Esse projeto de morte visa transformar nossos rios e florestas em rotas de exportação para o lucro de poucos, com impactos severos sobre povos indígenas, ribeirinhos, comunidades locais, e nenhum benefício para a população brasileira em geral.

A recente autorização de dispensa de licenciamento ambiental para dragagens no rio Tapajós, emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (SEMAS) do governo do Pará, sob o regime da lei da devastação, aprofunda esse processo de destruição e evidencia a pressão poderosa do agronegócio e das grandes corporações que transportam soja, milho, fertilizantes e agrotóxicos. Destruindo nossa sociobiodiversidade e ameaçando nossa soberania, empresas como Cargill, Amaggi, ADM, Bunge, Louis-Dreyfus, Hidrovias do Brasil, Bertolini, e Estação da Luz Participações, são as principais beneficiárias de flexibilizações como essa e do Arco Norte como um todo.

Em uma situação de seca extrema, as dragagens não devem priorizar os rios para os comboios de soja: é necessário a criação de plano de adaptação e mitigação climática regional para eventos climáticos extremos, com ações voltadas às populações mais afetadas e com a participação destas. Precisamos urgentemente frear o avanço da soja e ter mais agroecologia e agricultura familiar, menos desmatamento e mais áreas preservadas e terras indígenas demarcadas, menos infraestrutura para os bilionários e mais estoques públicos e cozinhas solidárias. Menos logística da morte e mais logística da vida.

Recebido

Mariane
Belchior
23/07/26

Recebido em 23/07/26
Luiza Alberta Paré
Presidente Cimitari

Recebido em 23/07/26
Luiza Alberta Paré
Presidente Cimitari

Recebido

Recebido
Fabiano Colares

Recebido

João Paulo
R. Caporale

Recebido
28/07/26
Recebido
23/07/26

Recebido
23/07/26

Recebido
23/07/26
Renata Nobre
23/07/26

Como líder comprometido com os interesses do Brasil e grande inimigo da fome, esperamos que o senhor não permita que essas forças poderosas matem nossos rios para transformá-los em hidrovias do agro, nem transformem as florestas de nosso país em um celeiro para exportação de grãos para produção de ração animal na China e Europa. Do mesmo modo, esperamos que o senhor compreenda a urgência dessa reivindicação pois, enquanto o povo paga caro por comida cheia de veneno ou ultra-processada, a expectativa de novos empreendimentos do Arco Norte só faz aumentar a pressão nos territórios.

Do desmatamento à grilagem de terras, da violência no campo à contaminação por agrotóxicos, das queimadas e da poluição à concentração fundiária e nova rota do narcotráfico: os impactos desses corredores lógicos desafiam a vida diariamente. Sem sequer gerar empregos significativos, vemos a soja e o milho avançando e muitos portos, silos, carretas e comboios de barcas ameaçando a vida na Amazônia e no Cerrado. A título de referência, desde 2013, mais de um terço dos novos portos de todo o Brasil foram construídos na bacia do Tapajós - em sua maioria operando sem licença ambiental e todos ligados ao agronegócio.

A maior parte da soja que chega nestes portos vem do Mato Grosso pela BR-163, uma rodovia construída pela ditadura nos anos 1970 que quase extinguiu o povo Panará e impactou profundamente os Mundurucu. Nesta região, o pó da soja toma o ar e polui o rio, enquanto os índices de violência, acidentes de trânsito, valor dos aluguéis, atropelamentos e acidentes fatais cresceram imensamente. Ao mesmo tempo, os pescadores têm cada vez mais dificuldades de levar o alimento para suas comunidades, impedidos de pescar nas áreas próximas dos portos e sem conseguir alcançar os peixes que fogem das barcas.

Nessa rota, ocorre o maior número de queimadas criminosas do Brasil e, sem sequer resolver todo esse passivo de violações, é onde querem construir a Ferrogrão - uma das mais perigosas e centrais peças do Arco Norte. Ao contrário do que seus defensores dizem, esse projeto de ferrovia não vai substituir as carretas da BR e estudos apontam que seus trilhos levariam a 49 mil km² de desmatamento para mais produção de grãos. O orçamento e planejamento também não param em pé e os estudos apresentados pela empresa responsável, a Estação da Luz Participações (EDLP), são falhos e incompletos.

Infelizmente, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela possibilidade de alteração do Parque Nacional do Jamanxim (ADI 6553), beneficiando uma possível rota da Ferrogrão e prejudicando o futuro de todos. Para se ter uma ideia, a expectativa é de que esta ferrovia multiplicaria em quase sete vezes a quantidade de soja transportada pelo rio Tapajós, impactando diversos povos, comunidades e unidades de conservação desde o Mato Grosso até a saída para o Oceano Atlântico.

Além do Tapajós, os rios Madeira, Tocantins e Amazonas também estão na mira do Arco Norte. No caso do Tocantins, já há licença de instalação para destruir o Pedral do Lourenço: um precedente perigoso para os pedrais de todos os rios, com consequências irreversíveis para o ecossistema e as comunidades do entorno. No Madeira, um contrato milionário para dragar o rio almeja possibilitar a passagem de cada vez mais comboios de barcas. No rio Amazonas, na altura do município de Juruti, as dragagens já ocorrem, sem licenciamento ou consulta.

Dizem que essas hidrovias seriam uma solução sustentável porque emitem menos CO₂ do que caminhões, mas não colocam nessa conta todo o impacto da carga transportada, o aumento da pressão do desmatamento, e ignoram que cavar os leitos dos rios provoca muita destruição - inclusive ameaçando a saúde de todos ao revolver o mercúrio que se acumula por conta do garimpo e da mineração. Com as brechas da nova lei de licenciamento, utilizam o falso argumento de "dragagem de manutenção" diante da ameaça de secas mais severas para cavar os leitos sem nenhum licenciamento, estudo ambiental, ou consulta.

Todo o Arco Norte avança, aliás, sem respeitar o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada assegurado aos povos e comunidades afetados. Estes empreendimentos ignoram impactos, alternativas e até mesmo etapas de planejamento local, como planos diretores. Muitos sítios arqueológicos e lugares sagrados já foram inteiramente destruídos, saqueados ou prejudicados, e dezenas de outros estão ameaçados. Comunidades inteiras que já sofriam com as consequências do garimpo e da mineração, contaminadas pelo mercúrio, agora se veem contaminadas pelos agrotóxicos e cercadas pela soja. Sem falar das hidrelétricas, da extração de madeira... Estão atacando por todos os lados.

E é por isso que nós, povos indígenas, comunidades tradicionais, organizações e movimentos sociais estamos resistindo diariamente. No início de 2026, depois de mais de um mês de ocupação do porto da Cargill em Santarém por povos da região, o governo revogou o decreto 12.600/2025 que promovia privatização das hidrovias do Tapajós, Madeira e Tocantins. Uma vitória importante, mas que está longe de encerrar a luta, já que o problema está no próprio modelo de infraestrutura e planejamento para a Amazônia e o Cerrado, além da própria opção pela monocultura para exportação, que não beneficia a população e prejudica o meio-ambiente.

Vale lembrar que o fim da Moratória da Soja e a aprovação do Tratado de Livre Comércio entre o Mercosul e União Europeia também beneficiam os lucros da cadeia global do agronegócio e prejudicam os cultivos alternativos, nos empurrando para um limite irreversível. Os produtores de soja e milho recebem cada vez mais incentivos do governo, com cada vez mais empréstimos a juros baixos no Plano Safra e isenções fiscais até mesmo para os venenos utilizados. Enquanto isso, os pequenos produtores, os que realmente produzem comida, não recebem um apoio proporcionalmente justo, ficando cada vez mais fragilizados.

No Legislativo, como sabemos, os retrocessos não param. A bancada ruralista é maioria no Congresso, tendo aprovado de modo relâmpago a redução de unidades de conservação na região e acabando com o licenciamento ambiental. Agora, empreendimentos considerados estratégicos podem legalmente atropelar etapas e prosseguir sem análise de impactos sociais e ambientais. Empresas se auto-licenciam, como raposas cuidando de galinheiros, e leilões são anunciados sem haver sequer licença prévia para os projetos e consulta às comunidades afetadas.

Assim, em linha com os compromissos internacionais do Brasil de conservação das florestas e proteção da sociobiodiversidade, urge vetar a recente redução da FLONA do Jamanxim (PL 2.486/2026) e suspender qualquer iniciativa de dragagem de rios sem licenciamento, contendo também a expansão de portos privados. Do mesmo modo, é urgente frear o avanço do Arco Norte, cancelar a Ferrogrão e a derrocagem do Pedral do Lourenção, e atender às demandas das comunidades locais e produtores familiares e agroecológicos por mais proteção e infraestrutura.

Pelo futuro do Brasil e do mundo, precisamos frear esses processos de destruição e promover alternativas que garantam a preservação de nossos biomas, a promoção da soberania alimentar, e o combate coordenado às desigualdades e os efeitos da crise climática. Nada disso pode ser feito sem o respeito aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais e sem uma escolha pelo coletivo em detrimento do lucro de pouco.

Assinam:

1. Alessandra Munduruku
2. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
3. Articulação das Comissões Pastorais da Terra da Amazônia
4. Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista da Vila Tauiry (ACREVITA)
5. Associação de Moradores Agroextrativistas e Indígenas do Tapajós (AMPRAVAT)
6. Associação Iakiô
7. Articulação Nacional da Pastoral da Ecologia Integral
8. Campus Universitário do Tocantins Cametá
9. Cáritas Brasileira - Articulação Noroeste
10. Coletivo Indígena Mura de Porto Velho (COINMU)
11. Coletivo Maparajuba
12. Comissão Pastoral da Terra - Regional Pará
13. Comissão Pastoral da Terra / Itaituba
14. Comissão Pastoral da Terra- Regional Pará
15. Comitê de Defesa da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira (COMVIDA)
16. Conselho Indígena Missionário (CIMI)
17. Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA)
18. Conselho Indígena Tupinambá (CITUPI)
19. Conselho Munduruku do Planalto
20. Conselho Munduruku-Taquara
21. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
22. FASE Solidariedade e Educação
23. Federação da FLONA Tapajós
24. Federação dos Povos Indígenas do Estado do Mato Grosso (FEPOINT)
25. Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (FEPIPA)
26. Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
27. Instituto Kabu
28. Instituto Raoni
29. Instituto Madeira Vivo - IMV
30. Instituto Zé Cláudio e Maria (IZM)
31. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)
32. Movimento Rio Madeira Vivo
33. Movimento Tapajós Vivo (MTV)
34. Pastoral dos Pescadores e Pescadoras da Arquidiocese de Santarém
35. Rede Cerrado
36. Rede Eclesial Panamazonica (REPAM-Brasil)
37. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém
38. Terra de Direitos
39. Tapajós de Fato
40. Uma Gota No Oceano